



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2019.0000349308**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1002205-23.2016.8.26.0390, da Comarca de Nova Granada, em que são apelantes/apelados IZILDINHA APARECIDA CHORRO SANCHES DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA), CARITA ELIAS DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA) e NUBIA ELIAS DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado/apelante TCL TECNOLOGIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

**ACORDAM**, em 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO DA RÉ e DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DAS AUTORAS. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MARCOS GOZZO (Presidente sem voto), DAISE FAJARDO NOGUEIRA JACOT E MOURÃO NETO.

São Paulo, 7 de maio de 2019.

**ANA CATARINA STRAUCH**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Apelação Cível nº 1002205-23.2016.8.26.0390**

**Aptes/Apdos: IZILDINHA APARECIDA CHORRO SANCHES DA SILVA, CARITA ELIAS DA SILVA e NUBIA ELIAS DA SILVA**

**Apelado/Apelante: Tcl Tecnologia e Construções Ltda**

**Interessados: Departamento de Estradas de Rodagem - DER e PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GRANADA - SP**

**Comarca: Nova Granada**

**Voto nº 11623**

APELAÇÃO – “AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C.C. PENSÃO VITALÍCIA” – Acidente de trânsito – Animal na pista – Ausência de sinalização – Morte do condutor – Responsabilização da autarquia responsável pela fiscalização – Denúnciação à lide da prestadora de serviços responsável pela sinalização – Alegação de ilegitimidade passiva pela prestadora de serviços – Defesa não apresentada na contestação – Preclusão consumativa – Dano, conduta e nexo causal comprovados – Negligência na fiscalização e sinalização comprovada – Majoração do valor arbitrado a título de danos morais, em conformidade com jurisprudência firmada neste E. Tribunal e no C. STJ – Pensão vitalícia não majorada – Obrigação de constituir capital para pagamento de pensão – IPCA como parâmetro para atualização monetária – RECURSO DA RÉ DESPROVIDO, RECURSO DAS AUTORAS PARCIALMENTE PROVIDO.

Vistos.

O Douto Magistrado *a quo*, ao proferir a r. sentença de fls. 336/343, cujo relatório adoto, na *AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C.C. PENSÃO VITALÍCIA*, ajuizada por *IZILDINHA APARECIDA CHORRO SANCHES DA SILVA (Justiça Gratuita)* e outros em face de *PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GRANADA – SP* e *DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER (TCL TECNOLOGIA E CONSTRUÇÕES LTDA* denunciada à lide) julgou extinto o feito sem resolução de mérito em relação à ré *PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GRANADA – SP*, e julgou parcialmente procedentes os pedidos da inicial para condenar o réu *DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER* a pagar às três autoras indenização por danos morais (R\$ 95.400,00 + R\$ 47.700,00 + R\$ 47.700,00), bem como a pagar à autora



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

*IZILDINHA APARECIDA CHORRO SANCHES DA SILVA* indenização por danos materiais (R\$: 3.522,00) e pensão vitalícia (R\$: 293,33 por mês) até 19/05/2053, data em que a vítima completaria 65 anos, fixando os honorários advocatícios em 10% sobre o valor total da condenação. Julgou também procedente a lide secundária, condenando a ré *TCL TECNOLOGIA E CONSTRUÇÕES LTDA* a ressarcir integralmente a indenização suportada por *DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER*, e facultando às autoras requerer o cumprimento da sentença também contra a denunciada.

Apela a ré *TCL TECNOLOGIA E CONSTRUÇÕES LTDA* (fls. 350/362) impugnando a r. sentença no que se refere à lide secundária, alegando ser parte ilegítima no polo passivo. Pugna também pelo afastamento da condenação ao pagamento da indenização por danos morais, ou, subsidiariamente, pela redução de seu valor.

Apelam as autoras (fls. 365/375). Postulam sejam majorados os valores da indenização por danos morais e da pensão vitalícia. Requerem ainda que seja determinada a constituição de capital para pagamento da pensão, e que seja adotado o IPCA como parâmetro para a atualização monetária do valor da condenação.

Contrarrazões apresentadas às fls. 382/392 e 393/397.

As autoras manifestaram-se à fl. 403 informando não se oporem ao julgamento virtual.

Subiram os autos para julgamento.

**É o relatório.**

Inicialmente, exercido o juízo de admissibilidade em cumprimento ao disposto no art. 1.010, §3º do CPC, vale consignar que os presentes



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

recursos devem ser conhecidos, pois são tempestivos, o recurso da ré está preparado, e o recurso das autoras dispensa preparo em razão do benefício da justiça gratuita.

De plano, destaque-se, ademais, que esta Decisão Colegiada se limita a apreciar a matéria efetivamente impugnada, em conformidade com o teor do art. 1.013, *caput*, do CPC.

Trata-se de *AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORIAS C.C. PENSÃO VITALÍCIA*, ajuizada por *IZILDINHA APARECIDA CHORRO SANCHES DA SILVA (Justiça Gratuita)* e outros em face de *PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GRANADA – SP* e *DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER (TCL TECNOLOGIA E CONSTRUÇÕES LTDA)* denunciada à lide), na qual as autoras alegam serem os réus responsáveis pelos danos sofridos em decorrência da morte de seu filho/irmão, bem como da destruição da motocicleta desse último, por ocasião de acidente de trânsito envolvendo animal na pista.

Em contestação (fls. 115/152), o réu *DER* denunciou à lide a prestadora de serviços *TCL TECNOLOGIA E CONSTRUÇÕES LTDA*, e alegou não ser responsável pelos danos sofridos pelas vítimas.

Citada, a ré *TCL TECNOLOGIA E CONSTRUÇÕES LTDA* alegou em contestação (fls. 230/243) não ser responsável pelos danos sofridos pelas vítimas, sugerindo serem eles devidos à culpa exclusiva do condutor.

A r. sentença de fls. 336/343, proferida pelo Douto Magistrado *a quo*, julgou extinto o feito sem resolução de mérito em relação à ré *PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GRANADA – SP*, e julgou parcialmente procedentes os pedidos da inicial para condenar o réu *DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER* a pagar às três autoras indenização por danos morais (R\$ 95.400,00 + R\$ 47.700,00 + R\$ 47.700,00), bem como a pagar à autora *IZILDINHA APARECIDA CHORRO SANCHES DA SILVA* indenização por danos

materiais (R\$: 3.522,00), e pensão vitalícia (R\$: 293,33) até 19/05/2053, data em que a vítima completaria 65 anos, fixando os honorários advocatícios em 10% sobre o valor total da condenação. Julgou também procedente a lide secundária, condenando a ré *TCL TECNOLOGIA E CONSTRUÇÕES LTDA* a ressarcir integralmente a indenização suportada por *DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER*, e facultando às autoras requerer o cumprimento da sentença também contra a denunciada.

Preliminarmente, no que se refere à lide secundária, o recurso da ré não deve ser conhecido, uma vez que se trata de inovação recursal.

Nas razões de apelação, a ré alega que não deveria figurar na qualidade de litisdenunciada, em razão do contrato cujo teor, não abrange a responsabilidade que lhe foi atribuída.

Ocorre, que tal situação, configura nítida inovação recursal suscitada pela ré/apelante, tendo em vista que, em sua contestação, ela não mencionou, em momento algum, a tese do contrato celebrado com o *DER* não abranger as responsabilidades ora discutidas, limitando-se a alegar, culpa exclusiva da vítima. Desta forma, tratando-se de tema que sequer foi suscitado e discutido nos autos, torna-se inviável sua apreciação e conhecimento neste momento, de acordo com o disposto no art. 1.013, §1º, do CPC.

Assim, nesta parte, o recurso não merece ser conhecido.

Após a análise das preliminares suscitadas, passo à análise do mérito.

Quanto à configuração dos danos morais, acertou o Magistrado “a quo”, posto que conforme consta, restaram comprovados: *i)* o dano, decorrente da morte do ente querido das autoras; *ii)* a conduta omissiva das rés, que



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

deixaram de tomar providências adequadas na sinalização da pista de rolamento (sobre a possibilidade de haver animais na via) e fiscalização – conduta essa eivada de culpa na modalidade negligência, pois era exigível das rés, que tomassem as mencionadas providências; e *iii*) o nexo causal entre a conduta e o dano.

Logo, presentes todos os pressupostos para a indenização não merece acolhimento o pedido recursal da ré, para afastamento da condenação à indenização por danos morais.

De outro lado, no tocante ao valor arbitrado a título de danos morais, a r. **sentença merece parcial reforma.**

Não há razão para dispensar tratamento diverso entre a mãe e às irmãs, que sofreram todas, com a morte do ente querido, sem que se possa presumir, sofrimento maior de uma em detrimento de outras.

Nesta esteira, réu *DER* deve ser condenado, ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 95.400,00 a cada uma das três autoras, valor que se mostra razoável e proporcional ao caso em questão, suficiente para compensar o prejuízo sofrido sem acarretar enriquecimento sem causa às autoras.

Nesse sentido, veja-se o que esta Câmara já decidiu:

*AGRAVO RETIDO. Agravo retido não reiterado em contrarrazões. Não conhecimento. ACIDENTE DE TRÂNSITO INDENIZATÓRIA - DANOS MORAIS - Vítima fatal - Companheiro da autora - Dano moral caracterizado - Verba devida à autora - Fixação em primeiro grau em R\$ 10.000,00 - Majoração para R\$ 100.000,00 Princípios da razoabilidade e*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

*proporcionalidade Recurso parcialmente provido.*  
(TJSP, AC 0005814-12.2008.8.26.0196, 27ª Cam. Dir. Priv., rel. Des. Cláudio Hamilton, j. 10/06/2014).

Confira-se também precedente do C. STJ:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. REDUÇÃO DO QUANTUM FIXADO A TÍTULO INDENIZATÓRIO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.*  
*1. A jurisprudência do STJ admite a revisão do quantum indenizatório fixado a títulos de danos morais em ações de responsabilidade civil quando configurada situação de anormalidade nos valores, sendo estes irrisórios ou exorbitantes. 2. Na hipótese em questão, foi com base nas provas e nos fatos constantes dos autos que o Tribunal de origem entendeu que é justo o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), arbitrado a título de indenização por danos morais, em razão de falecimento decorrente de acidente de trânsito pela presença de animal na pista. Desta forma, a acolhida da pretensão recursal demanda prévio reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado ante o óbice preconizado na Súmula 7 deste Tribunal. 3. Agravo regimental não provido. (STJ, 2ª Turma, AgRg no REsp 552.093/PE, rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 18/09/2014).*

Quanto ao valor da pensão vitalícia, a r. sentença não merece reparo. Passados os 25 anos de idade, o valor devido é 1/3 da renda mensal da vítima, ou do salário mínimo, se desempregado o falecido. No caso, a vítima contava 27 anos de idade e estava desempregada no momento do óbito. Nenhum reparo merece o julgado combatido.

No tocante à constituição de capital para o pagamento da pensão vitalícia, essa é medida que se mostra adequada, com amparo no art. 533 do CPC e Súmula 313 do C. STJ. Merece reforma a r. sentença, para que o réu *DER* seja obrigado a constituir capital para o pagamento da pensão estipulada.

Por fim, no que toca aos índices de correção monetária e juros de mora aplicáveis aos débitos fazendários não tributários, o C. Superior Tribunal de Justiça já se posicionou sobre o assunto, no sentido de que, enquanto a correção monetária deve se pautar no IPCA, os juros moratórios devem ser calculados com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F, da Lei nº. 9.494/97:

***“VERBAS REMUNERATÓRIAS. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DEVIDOS PELA FAZENDA PÚBLICA. LEI 11.960/09, QUE ALTEROU O ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/97. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL POR ARRASTAMENTO (ADIN 4.357/DF).***

*12. O art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação conferida pela Lei 11.960/2009, que trouxe novo regramento para a atualização monetária e juros devidos pela Fazenda Pública, deve ser aplicado, de imediato, aos processos em andamento, sem, contudo, retroagir a período anterior a sua vigência.*

*13. "Assim, os valores resultantes de condenações proferidas contra a Fazenda Pública após a entrada em vigor da Lei 11.960/09 devem observar os critérios de atualização (correção monetária e juros) nela disciplinados, enquanto vigorarem. Por outro lado, no período anterior, tais acessórios deverão seguir os parâmetros definidos pela legislação então vigente" (REsp 1.205.946/SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe 2.2.12).*

*14. O Supremo Tribunal Federal declarou a*



*inconstitucionalidade parcial, por arrastamento, do art. 5º da Lei 11.960/09, que deu nova redação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97, ao examinar a ADIn 4.357/DF, Rel. Min. Ayres Britto.*

*15. A Suprema Corte declarou inconstitucional a expressão "índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança" contida no § 12 do art. 100 da CF/88. Assim entendeu porque a taxa básica de remuneração da poupança não mede a inflação acumulada do período e, portanto, não pode servir de parâmetro para a correção monetária a ser aplicada aos débitos da Fazenda Pública.*

*16. Igualmente reconheceu a inconstitucionalidade da expressão "independentemente de sua natureza" quando os débitos fazendários ostentarem natureza tributária. Isso porque, quando credora a Fazenda de dívida de natureza tributária, incidem os juros pela taxa SELIC como compensação pela mora, devendo esse mesmo índice, por força do princípio da equidade, ser aplicado quando for ela devedora nas repetições de indébito tributário.*

*17. Como o art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação da Lei 11.960/09, praticamente reproduz a norma do § 12 do art. 100 da CF/88, o Supremo declarou a inconstitucionalidade parcial, por arrastamento, desse dispositivo legal.*

***18. Em virtude da declaração de inconstitucionalidade parcial do art. 5º da Lei 11.960/09: (a) a correção monetária das dívidas fazendárias deve observar índices que reflitam a inflação acumulada do período, a ela não se aplicando os índices de remuneração básica da caderneta de poupança; e (b) os juros moratórios serão equivalentes aos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicáveis à caderneta de poupança, exceto quando a dívida ostentar natureza tributária, para as quais prevalecerão as regras específicas.***

*19. O Relator da ADIn no Supremo, Min. Ayres Britto, não especificou qual deveria ser o índice de correção monetária adotado. Todavia, há importante referência no voto vista do Min. Luiz Fux, quando Sua Excelência aponta para o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que ora se adota.*

***20. No caso concreto, como a condenação imposta à Fazenda não é de natureza tributária – o crédito reclamado tem origem na incorporação de quintos pelo exercício de função de confiança entre abril de 1998 e setembro de 2001 –, os juros moratórios devem ser calculados com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos da regra do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação da Lei 11.960/09. Já a correção monetária, por força da declaração de inconstitucionalidade parcial do art. 5º da Lei 11.960/09, deverá ser calculada com base no IPCA, índice que melhor reflete a***



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

*inflação acumulada do período.*

*21. Recurso especial provido em parte. Acórdão sujeito à sistemática do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n.º 08/2008.” (REsp nº 1.270.439 – PR. 2011/0134038-0. Rel. Min. Castro Meira. DJe 02/08/2013, grifos nossos).*

Portanto, a sentença merece reforma, no que diz respeito à adequação dos índices de correção monetária e juros de mora àqueles ora adotados pelo C. STJ e constituição de capital, para o pagamento do valor da pensão mensal vitalícia.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO DA RÉ e DOU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DAS AUTORAS.**

Em razão do total desprovimento recurso da ré, **deixo de majorar a verba honorária**, nos termos do art. 85 §11 do CPC, tendo em vista a fixação da desta verba, estabelecida na instância originária, no limite permitido (**art. 85, § 3º, inciso II**). E, nos termos do **Enunciado 7 do plenário do C. STJ**, o parcial provimento do recurso das autoras **não enseja majoração da verba honorária**.

**ANA CATARINA STRAUCH**  
**Relatora**  
**(assinatura eletrônica)**